

O ENSINO SUPERIOR NA ERA VARGAS

Higher education in the Vargas Age

Roberto Henrique Wolter¹

Resumo: Os anos de 1930 a 1945 ficaram conhecidos no Brasil como a Era Vargas. Nesse período ocorreram relevantes mudanças no ensino superior, com alterações também no que diz respeito à industrialização, à ideia de nacionalidade, às relações internacionais e às questões trabalhistas. Tendo como tema deste artigo o ensino superior neste período da história, elaboramos como problemática de pesquisa: quais nuances ocorreram no ensino superior durante a Era Vargas? O trabalho tem como objetivo geral verificar quais as alterações efetuadas no ensino superior durante a Era Vargas. Para atender a esse objetivo, foram estabelecidos como objetivos específicos, compreender a relação entre a industrialização e modernização do país e o surgimento de um novo estilo de ensino superior; analisar a criação do Ministério da Educação e sua relação com o ensino superior no Brasil; e analisar as reformas no ensino superior efetuadas pelos ministros da educação Francisco Campos e Gustavo Capanema Filho. A pesquisa do trabalho é de natureza básica, em relação à abordagem é qualitativa e em relação aos objetivos da pesquisa é explicativa. Através da pesquisa bibliográfica foi possível constatar que, embora o ensino superior no Brasil sendo bastante recente, sendo as primeiras universidades organizadas apenas nas décadas de 1910 e 1920, o período da Era Vargas é de avanço significativo na área.

Palavras-chave: Ensino Superior. Era Vargas. Universidades.

Abstract: The years 1930-1945 were known in Brazil as the Vargas Age. In this period there were significant changes in higher education, with changes also with regard to industrialization, the idea of nationality, international relations and labor issues. With the theme of this article higher education in this period of history, we developed as a research problem: what nuances occurred in higher education during the Vargas Age? The work has the general objective to verify that the changes made in higher education during the Vargas Age. To meet this goal, we set specific objectives, understanding the relationship between industrialization and modernization of the country and the emergence of a new style of higher education; analyze the creation of the Ministry of Education and its relationship with higher education in Brazil; and analyze the reforms in higher education made by the education ministers of Francisco Campos and Gustavo Capanema Filho. The research work is basic in nature, in relation to the approach is qualitative and in relation to the research objectives is explanatory. Through bibliographical research it was established that although higher education in Brazil is fairly recent, with the first universities organizing only in the 1910s and 1920s, the period of Vargas is a significant advance in the area.

Keywords: Higher Education. Vargas' Age. Universities.

Introdução

Esse trabalho tratou a respeito do ensino superior no período dos governos de Getúlio Vargas, presidente que ficou no comando do país durante 18 anos. Contudo, buscou verificar as principais alterações efetuadas no ensino superior durante a Era Vargas, período compreendido entre 1930 e 1945. A Era Vargas apresenta fases distintas, sendo elas: Governo Provisório, 1930 até 1934; Governo Constitucional, 1934 até 1937; e Estado Novo, 1937 até 1945. Em 1950, Vargas é novamente eleito, agora através do voto direto, e fica no poder até 24 de agosto de 1954, data de sua morte. No entanto, esse governo não faz parte da chamada Era Vargas.

Sobre o período histórico, se faz necessário apontar que a política do café com leite predominava, e os estados de São Paulo e Minas Gerais indicavam os seus representantes para o comando do país, alternando entre eles os governos e buscando satisfazer suas necessidades e

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

anseios. Os demais estados da federação ficavam em segundo plano e, como era de se esperar, estavam descontentes com a situação.

Nas eleições de 1930, o Partido Republicano Paulista (PRP) indicou o candidato Júlio Prestes, sendo que, nessa ocasião, seria a vez de Minas Gerais assumir o poder. Essa atitude gerou revolta e ressentimento nas oligarquias e no Partido Republicano Mineiro (PRM), que decidiram apoiar o golpe de Getúlio Vargas. Formou-se a Aliança Liberal (AL), união entre mineiros, gaúchos e paraibanos contrários à posse de Júlio Prestes, que para eles, foi eleito através de fraude eleitoral.

Vários motivos concorreram para que o golpe fosse efetivado, como a crise econômica mundial causada pela quebra da bolsa de valores em 1929; a redução do preço do café; o tenentismo e a repulsa por ele dentro do exército; e, por fim, o assassinato de João Pessoa, vice-presidente de Vargas nas eleições de 1930, no Recife em 26 de julho desse mesmo ano. O cenário político e social estava favorável ao golpe e em 24 de outubro de 1930 o Presidente da República, Washington Luís, é preso, deixando a presidência do país e a entregando a Getúlio Vargas, em 3 de outubro de 1930.

As forças que levaram Vargas ao poder em 1930 eram heterogêneas, não possuindo um ideário comum. Essa coalizão de grupos heterogêneos, que fizeram a revolução, explica em partes as oscilações do comportamento de Getúlio, que para sustentar-se no poder teve que fazer concessões a todas elas, em grau diretamente proporcional às contribuições que cada uma poderia dar para a manutenção de sua liderança. (CUNHA, 1981, p. 24).

O presente artigo teve como objetivo principal verificar as principais alterações efetuadas no ensino superior durante a Era Vargas. Para essa finalidade, o trabalho, como primeiro objetivo específico, buscou compreender a relação entre a industrialização e modernização do país e o surgimento de um novo estilo de ensino superior. O segundo objetivo específico tratou da análise da criação do Ministério da Educação e sua relação com o ensino superior no Brasil. Por fim, o terceiro objetivo específico abordou as reformas no ensino superior efetuadas pelos ministros da educação Francisco Campos e Gustavo Capanema Filho.

Para que se possa falar em ensino superior na Era Vargas é preciso conhecer o cenário político e educacional vigente na época. Para construir essa análise, e se tratando de uma pesquisa bibliográfica de natureza básica, pois envolve verdades e interesses universais, foi realizada a coleta de dados, tendo como base a bibliografia sobre o assunto. A abordagem da pesquisa do trabalho é qualitativa, sendo o autor o instrumento-chave na busca pelo conhecimento referente ao tema. Em relação aos objetivos é explicativa, já que pretende explicar as razões e os porquês dos acontecimentos. A pesquisa bibliográfica aponta para a relevância do período, tendo em vista o descaso pelas questões do ensino superior por parte dos governantes antecessores a Getúlio Vargas, e a necessidade de o país buscar alternativas para poder concorrer em nível mundial com as demais potências.

Na sequência, temos o desenvolvimento de nossa pesquisa, em que realizamos o embate pré-estabelecido em nossos objetivos específicos. Também apresentamos as considerações finais, que são os entendimentos acerca de nossos estudos e também as referências utilizadas na pesquisa.

Getúlio Vargas e a Era Vargas

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de abril de 1882, na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, e faleceu no dia 24 de agosto de 1954, no palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Bacharel em direito, foi o presidente que esteve mais tempo à frente do governo do Brasil.

Getúlio Vargas assumiu o poder no dia 3 de novembro de 1930, após um Golpe de Estado que depôs Washington Luís, e impedia a futura posse do paulista Júlio Prestes, candidato eleito nas eleições do mesmo ano. Como era comum no período, a presidência do país alternava entre paulistas e mineiros. Porém, a indicação do candidato paulista trouxe descontentamento para os políticos mineiros, gaúchos e paraibanos. E esses, juntamente com as oligarquias locais, apoiaram a candidatura e, futuramente, o golpe de Getúlio Vargas, motivados também pelo assassinato do vice de Vargas, João Pessoa, no Recife. Com o golpe e a subsequente tomada de poder, Getúlio Vargas findava o período conhecido na História do Brasil como República Velha, ou República do café com leite.

No poder, Vargas instaura uma ditadura com viés modernizador. O período de seu governo compreendido de 1930 a 1934 é conhecido como Governo Provisório. Nele, Getúlio Vargas nomeou interventores para cuidarem dos governos estaduais. Criou também novos ministérios, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. No campo do Ensino Superior, em 1931, a reforma do ministro da educação Francisco Campos trouxe a autorização e a regulamentação das universidades do país. No ano de 1934 é promulgada a nova Constituição e, logo em seguida, Vargas é eleito presidente pelo voto indireto. Iniciando o período do Governo Constitucional, compreendido entre 1934 a 1937.

A constituição também marcava para 1938 as novas eleições para a presidência do Brasil. Vargas, não pretendendo sair do comando e devido à instabilidade econômica e política mundial, afetada em grande parte pela crise de 1929, deflagra mais um golpe, dando início ao período conhecido como Estado Novo, que duraria até o ano de 1945.

No período do Estado Novo, Vargas intensificou a repressão contra adversários políticos, principalmente comunistas, e deu seguimento ao processo de nacionalização e desenvolvimento do país. Para auxiliar no controle e censura, foi criado, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP.

Entre outras realizações do Estado Novo, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tem-se na área do trabalho a criação da Justiça do Trabalho em 1939, a instituição do salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a criação da carteira de trabalho, bem como a semana de 48 horas trabalhadas e as férias remuneradas. Vargas também investiu nas indústrias de base, criando a Companhia Siderúrgica Nacional em 1940, a mineradora Vale do Rio Doce em 1942 e a Hidrelétrica de São Francisco em 1945. Essas medidas aumentaram o prestígio do presidente, visto agora como “pai dos pobres” e “mãe dos ricos”, pois conseguia, de forma ambígua, agradar a todos. Getúlio Vargas deixa o poder em 1945, devido a um golpe de estado, findando o governo do Estado Novo.

Em 31 de janeiro de 1951 Getúlio Vargas volta à presidência, dessa vez eleito pelo voto direto. Em 3 de outubro de 1953 é criada a Petróleo Brasil S/A, a Petrobrás. Empresa que objetivava a exploração petrolífera no Brasil, medida favorável aos anseios na nação. O lema “o petróleo é nosso” caracteriza o enfoque nacionalista da empresa e do governo.

Getúlio Vargas governa até o dia 24 de agosto de 1954, data essa de sua morte. O presidente se suicida com um tiro no peito, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, motivado pela pressão exercida por parte dos militares e da imprensa, e pela insatisfação da população. O presidente deixa uma carta testamentária que contava com a frase que viria a ser tonar célebre: “Deixo a vida para entrar para a história”.

A criação do Ministério da Educação

Ao assumir o poder em 1930, uma das primeiras providências tomadas por Vargas foi, em 14 de novembro, a criação do Ministério da Educação, sendo conhecido na época como Ministério da Educação e Saúde Pública. A instituição agrupava atividades de diversos ministérios, tais como saúde, educação, meio ambiente e esporte, e buscava unificar as políticas educacionais dos estados, formando um modelo educacional integrado em toda a nação. Vale destacar que até a criação do Ministério da Educação os assuntos voltados à área eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. O primeiro ministro foi Francisco Campos, que em 1931, em meio às disputas entre ideologias católicas e escolanovistas, consegue desenvolver a reforma educacional que leva o seu nome.

Francisco Campos foi o responsável por, entre outras medidas, criar o Estatuto da Universidade Brasileira. Sendo que, após o Estatuto, novas universidades são criadas no país. Os quatro artigos a seguir retirados do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, disponível no *site* da Câmara dos Deputados, trazem a compreensão das alterações e a importância do Estatuto para o país:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. Art. 2º A organização das universidades brasileiras atenderá primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do país e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem física, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários. Art. 3º O regime universitário no Brasil obedecerá aos preceitos gerais instituídos no presente decreto, podendo, entretanto, admitir variantes regionais no que respeita à administração e aos modelos didáticos. Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão ação conjunta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercâmbio com as universidades estrangeiras.

A Universidade de São Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1934, mesmo sendo uma universidade estadual, foi a primeira a se adequar ao decreto.

O Estatuto das Universidades Brasileiras admitia duas formas de ensino superior, sendo elas: a universidade e o instituto isolado. No que diz respeito à universidade, ela poderia ser oficial ou livre, sendo que a oficial seria mantida pelo governo e a livre pelas fundações ou associações particulares. O documento também discorre sobre a questão da concessão de títulos.

As universidades federais poderiam concedê-los, além de dignidades e outros privilégios e teriam validade em todo o território nacional. Para que as universidades estaduais e particulares gozassem dos mesmos privilégios, teriam que ter seus estatutos aprovados pelo Ministério da Educação, e seriam fiscalizadas, além de outras exigências menores.

É também da mesma data do Decreto nº 19.851, o Decreto nº 19.850, que criou o Conselho Nacional de Educação, sendo a maioria dos integrantes vinculada ao ensino superior. Ou seja, um representante de cada universidade federal ou equiparada; um representante de cada um dos institutos federais de Medicina, Engenharia e Direito, os quais não eram incorporados a universidades; um representante do ensino superior estadual equiparado; um representante do ensino particular equiparado.

Após 1934 até o final do Estado Novo, em 1945, o ministério da Educação e Saúde Pública ficou sob a coordenação de Gustavo Capanema Filho. Capanema efetuou importantes reformas no ensino secundário e universitário.

Em 1953, com a autonomia cedida à área de saúde, o Ministério da Educação e Saúde se desfaz, e surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. Atualmente, o Ministério da Educação permanece ligado à administração federal, tendo como competências descritas em sua página na internet os assuntos a seguir:

I- política nacional de educação; II - educação infantil; III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; IV - avaliação, informação e pesquisa educacional; V - pesquisa e extensão universitária; VI - magistério; VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia?instituicao=>>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

As reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema Filho

No período compreendido como Era Vargas, o governo contou com dois importantes ministros da educação e saúde: Francisco Campos e Gustavo Capanema Filho. Ambos foram responsáveis por várias alterações no modelo universitário nacional, destacando-se a organização do ensino superior, a adoção do regime universitário e a criação do Conselho Nacional de Educação.

No ano de 1931, a Reforma de Francisco Campos autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades no país. Até 1930, ou seja, antes do governo de Getúlio Vargas, o Brasil contava apenas com duas universidades, a do Rio de Janeiro, criada em 1920, e a de Minas Gerais, criada em 1927.

Ao fim da era de Vargas, em 1945, eram cinco as instituições universitárias, em meio a dezenas de faculdades isoladas. A Universidade do Rio de Janeiro tinha passado a se chamar, desde 1937, Universidade do Brasil, que se pretendia modelar com suas faculdades e escolas nacionais. A Universidade de Minas Gerais permaneceu com o status adquirido. A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi credenciada como universidade em 1934, no mesmo ano em que foi criada a Universidade de São Paulo, uma bem-sucedida variante do modelo federal. Em 1940, na cidade do Rio de Janeiro, surgiram as Faculdades Católicas, embrião da universidade reconhecida pelo estado em 1946 e, mais tarde, pontifícia - foi esta a primeira universidade privada do país. Teve vida curta a Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira em 1935 e dissolvida em 1939, tendo parte de suas faculdades incorporada pela Universidade do Brasil. (CUNHA, 2000, p. 164).

Em 1954 o Brasil contava com 16 universidades com a seguinte distribuição entre os estados: 3 em São Paulo, 2 no Rio Grande do Sul, 1 no Paraná, 3 em Pernambuco, 1 na Bahia, 3 em Minas Gerais e 3 no Rio de Janeiro. A administração de cinco delas era mantida pela Igreja, e onze pelo governo federal ou estadual, ou por ambos. Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por educadores renomados, tais como Anísio Teixeira. Esse manifesto buscava um plano geral para a educação e a escola única, obrigatória, gratuita e, sobretudo laica, tendo em vista a concorrência efetuada pela igreja no tocante à educação.

Em 1934 é promulgada a nova constituição, estabelecendo que a primeira eleição presidencial deveria ocorrer através do voto indireto, ou seja, pelo voto dos membros da Assembleia Nacional Constituinte. Getúlio Vargas é eleito com 175 votos, contra apenas 71 votos distribuídos entre os demais candidatos. Com a nova constituição, a educação torna-se um direito de todos, cabendo à família e aos poderes públicos a sua oferta.

Os anos de 1935 a 1937 não foram expressivos no campo da educação. Fato esse que se justifica pela organização e efetuação do Golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas, e a subsequente instauração do Estado Novo.

Gustavo Capanema Filho é o ministro que permaneceu mais tempo no cargo na história do Brasil. Capanema, nasceu no dia 10 de agosto de 1900 no município de Pitangui, em Minas Gerais. Esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública durante o período de 23 de julho de 1934 até 30 de outubro de 1945, compreendendo o período dos governos Provisório, Constitucional e o Estado Novo. De caráter forte, Capanema foi um dos poucos que não se influenciou pelo autoritarismo presente no governo Vargas. Foi também um admirador da educação nacional, cabendo a ele a criação das principais leis e outras melhorias referentes à área, sendo elas: As Leis Orgânicas, O Instituto Nacional do Livro, a Faculdade de Filosofia, entre outras.

Contudo, no que corresponde às Leis Orgânicas de Educação, o ensino superior não se fez presente. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 421/38, regulamentou as instituições que poderiam oferecer cursos superiores. Nunes, Fernandes e Albrecht (2011) trazem informações sobre o Decreto-Lei.

Ao longo dos anos 30, o aparato normativo que regularia a educação superior pelas próximas décadas seria completado, tendo o Decreto-Lei 421/38 assumido lugar proeminente. Ficou definido que, “a partir da publicação desta lei, para que um curso superior se organize e entre a funcionar no país, será necessária a autorização prévia do Governo Federal” (art. 2º). Para tanto, o “pedido de autorização” deveria ser “dirigido ao ministro da Educação e Saúde, que, ouvido o Conselho Nacional de Educação” o submeteria, “com parecer, à decisão do Presidente da República”. (Art. 3º, Decreto-Lei 421/38).

Nesse mesmo ano, 1938, é criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual o estatuto divergia com as propostas educacionais de Getúlio Vargas, ele mesmo tendo doado o edifício-sede para o movimento. Entre os pontos conflitantes, cabem destacar: a defesa da universidade aberta; redução das taxas de exame e matrícula; liberdade de pensamento; cátedra; tribuna e imprensa; a não dependência das instituições universitárias ao Estado; eleições de dirigentes pelos docentes e discentes, no momento os reitores eram escolhidos pelo presidente; livre associação por parte dos estudantes no âmbito universitário; participação dos mesmos na elaboração dos currículos; e a criação de estágios e monitorias.

Industrialização, modernização e o ensino superior

Na década de 1920, devido à crise presente na economia centrada no café, diversos proprietários de cafezais ou investidores em geral iniciam investimentos em novos negócios. Tendo como objetivo o lucro provindo das exportações e, todavia, no mercado interno, esses novos empreendimentos fizeram pequenas revoluções locais, alterando relações sociais, e colocando o Brasil em um período de urbanização e industrialização, o qual se intensificaria com o passar das décadas.

Naquele momento, o mundo vivia governos totalitários e, no Brasil, Vargas governa sob a influência dos militares e da Igreja, notadamente, um governo marcado pelo autoritarismo e pelo nacionalismo. A Era Vargas se constituiu pela crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e o início de estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, com base na industrialização. Com o início da industrialização, a composição social tornou-se mais complexa. Há uma pequena burguesia, uma camada média de intelectuais e o operariado nascente. A pressão de demanda por escolas, provocada pela pressão social, se acentua. (MINOZZI JUNIOR, 2007, p. 2).

Mudanças na economia são, em geral, acompanhadas de mudanças no processo educacional. Essas novas ideologias florescem com o intuito de responder à ânsia produtiva e social vigente. Tendo como base a industrialização e a urbanização, surge no país uma ação planejada que visa à organização nacional da educação. No período compreendido como Era Vargas, os decretos do ministro Francisco Campos trazem uma orientação voltada para a autonomia didática e administrativa, bem como o maior interesse para a pesquisa e difusão da cultura, tendo como objetivo o aprimoramento do trabalhador, a colocação do estudante no mercado de trabalho, a realização profissional dos envolvidos no processo educacional e a inserção do país entre as potências econômicas e industriais.

No segundo governo Vargas, com o avanço do processo de industrialização do país, a cúpula governamental começava a mostrar-se sensível à questão da necessidade de formação de pessoal técnico de alto nível para atender ao Plano de Reequipamento Nacional. Paralelamente, membros influentes da comunidade científica continuavam demandando uma reforma global da universidade, de forma a ampliar suas condições de trabalho, tendo em vista um desenvolvimento científico mais sólido e mais autônomo, a médio e longo prazo. (MENDONÇA, 2000, p. 143).

Em 1937, com o segundo Golpe de Estado, Vargas utiliza os artifícios do Estado Novo, de influência fascista e anticomunista e redige uma nova constituição para o país. Com as medidas assistencialistas, o governo se aproxima do povo, e com as facilidades aos grupos conservadores, consegue uma união entre grupos até então distintos, e busca um modelo voltado ao desenvolvimento, industrialização e populismo. O modelo tecnicista, voltado para o trabalho industrial e para a pesquisa tecnológica, pode ser percebido na justificativa para a criação da Universidade Técnica Federal.

O progresso e a riqueza das nações cada vez mais dependem da aplicação de conhecimentos técnico-científicos na resolução de problemas que lhe são peculiares, de modo a fundamentar as iniciativas do Estado e os empreendimentos privados em aquisições seguras e uma habilitação profissional apropriada à organização do trabalho com rendimento máximo. (CUNHA, 2007, p. 272).

O golpe de estado que levou à instituição do Estado Novo não precisou fazer reestruturações no ensino superior, já que o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, já fornecia a normalização requerida para esse grau de ensino. O Estatuto também deixou espaço para as universidades católicas, estas tendo um papel importante no período, preparando o aluno com base na criação e direção. A criação da ciência, e a direção da sociedade. Para Cunha (2007, p. 282) “é possível que a colaboração da Igreja, no campo do ensino superior, tivesse assumido uma função supletiva a do Estado, incapaz de promover, diretamente, a adequada formação dos intelectuais orgânicos das classes dominantes”.

A industrialização foi peça chave no processo de difusão das ofertas de cursos e no aumento de matrículas em instituições de ensino superior. A seguir observa-se nas figuras 1 e 2 a distribuição de alunos nas escolas superiores no Brasil no período compreendido entre 1932 a 1945 e a quantidade praticamente estável de matrículas, resultando em um crescimento anual de 2,3%. Os dados são do Ministério da Educação e Saúde e estão disponíveis no livro “A universidade temporã” (CUNHA, 2007, p. 294).

Figura 1. Alunos/curso 1932 a 1938

Cursos	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Direito	6.262	7.712	8.388	9.728	9.963	9.040	7.681
Filosofia	40	79	87	9			
Letras	19	17	38	49	35	37	37
Geografia e História							
Ciências Sociais							
Ciências e Letras em geral							
Pedagogia							
História Natural							
Física							
Química	194						
Matemática							
Ciências	18	6	10	8			
Desenho							
Economia e Administração (a)	222	232					
Arquitetura	53	69	75	67	53	60	
Engenharia	2.203	2.253	2.288	2.272	2.133	2.597	2.279
Agronomia	683	830	942	904	1.013	1.264	1.083
Veterinária	452	413	563	379	372	372	421
Farmácia	1.499	3.637	1.596	1.411	1.135	919	529
Odontologia	1.968	2.513	2.724	2.318	2.279	1.748	
Medicina	7.197	7.356	8.281	8.334	8.070	7.285	6.828
Total (b)	20.739	22.582	24.705	25.903	25.113	23.856	20.674

Fonte: Cunha (2007, p. 294)

Figura 2. Alunos/curso 1939 a 1945

Cursos	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Direito	6.615	5.793	5.629	5.523	5.829	6.139	6.520
Filosofia	109	136	121	134	160	174	136
Letras	230	522	658	1.010	1.260	1.118	739
Geografia e História	230	313	348	525	741	715	473
Ciências Sociais	119	158	157	174	211	195	171
Ciências e Letras em geral	92	79	78	141	84	79	
Pedagogia	120	119	133	196	296	317	236
História Natural	67	68	43	41	60	83	71
Física	16	24	37	34	36	61	52
Química	78	78	88	107	116	147	141
Matemática	54	104	162	288	354	370	265
Ciências							
Desenho	27	33	33	29	34		
Economia e Administração (a)	620	1.073	2.438	2.589			
Arquitetura	20	17	9	27	24	30	64
Engenharia	2.297	2.429	2.412	2.734	3.540	4.273	5.019
Agronomia	950	811	754	857	935	1.020	983
Veterinária	365	351	315	279	243	195	251
Farmácia	361	319	373	440	536	617	758
Odontologia	1.332	1.165	1.355	1.677	1.694	1.893	1.983
Medicina	6.033	5.548	5.237	5.506	5.697	6.308	6.689
Total (b)	19.616	18.047	19.010	19.663	24.344	23.768	27.253

Fonte: Cunha (2007, p. 294)

Embora possa parecer um crescimento mínimo, vale ressaltar que esse foi um período conturbado e formulador das bases educacionais nacionais.

Considerações finais

Mesmo tendo governado o Brasil como ditador durante o Governo Provisório e o Estado Novo, Getúlio Vargas é reconhecido pelos seus feitos nas áreas trabalhista, industrial, educacional e política. Sendo que o nacionalismo e o combate às oposições constituíram elementos necessários para esses feitos. Para além da análise puramente prática, a Era Vargas foi um momento bastante conturbado do país, sendo que diversos grupos concorreram no sentido de pôr suas ideologias em prática, sejam eles comunistas, liberais, integralistas, entre outras.

Getúlio Vargas foi, nesse sentido, um presidente com interesses voltados à industrialização do país, e o seu modelo populista de governo pode, em parte, ser caracterizado como profundamente ligado ao processo de reformulação educacional. O Ensino Superior recebe maior atenção por parte do governo, e questões reestruturais e de acesso são discutidas. Ressaltando que a universidade pública tem sua formulação atual iniciada no período da Era Vargas, e é profundamente marcada pelo movimento da Escola Nova.

O período educacional brasileiro compreendido entre os anos 1924 a 1950 é de um otimismo pedagógico. Novas teorias entraram em cena com o intuito de contrabalancear os ideais tradicionalistas, e a concepção da universidade pública agradava os grupos renovadores e trazia novas expectativas para o Brasil em seu processo industrializador.

Nesse contexto é possível verificar a importância da criação do Ministério da Educação, a reforma de Francisco Campos, a qual autoriza e regulamenta o funcionamento das universidades do Brasil, e do Decreto-Lei nº 421/38 efetivado pelo ministro Gustavo Capanema. Tais medidas foram fundamentais para a criação de novas universidades, bem como a sua fiscalização e orientação. A Era Vargas, portanto, entra na história também pela sua importância no campo educacional, e mais especificamente, pelas mudanças ocorridas no ensino superior do país.

Referências

BERNARDO, Maria Angélica Baldassa. **Desafios da educação superior na atualidade: trajetórias docentes**. 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=239>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

CATANI, Afrânio Mendes. **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

CPDOC, Fgv. **Anos de incerteza (1930-1937)**: Constituição de 1934. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no brasil**. 2000. Disponível em: <www.densf.xpg.com.br/ensino_superior_e_universidade_no_brasil.doc>. Acesso em: 10 jun. 2015.

D'AMBROSIO, Oscar. **As contradições de Vargas na educação**: para professor, o ensino médio e o superior avançaram, mas governo não modernizou escola primária. 2010. Disponível em: <www.unesp.br/aci/jornal/258/pdf/JU-ed258-p03.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **História**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2:historia&catid=97:omec&Itemid=171>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. **Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história**. 2005. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html>. Acesso em: 11 ago. 2015.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.

HISTÓRIA, Só. **Era Vargas**. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. **A universidade no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MINOZZI JUNIOR, Essio. **A educação brasileira na Era Vargas: as reformas e os grupos escolares paulistanos**. 2007. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/Anais_IV_coloquio/COMUNICAÇÃO_17.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

NUNES, Edson de Oliveira; FERNANDES, Ivanildo; ALBRECHT, Julia. **A origem do credenciamento: autorização e reconhecimento de universidades: período 1931-1996**. 2011. Observatório Universitário. Documento de Trabalho n° 96. Disponível em: <www.observatoriouniversitario.org.br>. Acesso em: 11 ago. 2015.

NUNES, Edson de Oliveira; FERNANDES, Ivanildo; ALBRECHT, Julia. **Regulação e ensino superior no Brasil**: Documento de Trabalho n° 112. 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/12635500/Regulação_e_Ensino_Superior_no_Brasil>. Acesso em: 12 ago. 2015.

RAMOS, Fábio Pestana. **A educação no Brasil na primeira metade do século XX**. 2011. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/06/educacao-no-brasil-na-primeira-metade.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Brasília: Impacto Gráfica e Editora, 2009.

ROCHA, Manoel José Fonseca; BONA, Juliano. **Apostila de História e organização do ensino superior no Brasil**. Indaial, Santa Catarina, 2011.

SILVA, Renata; URBANESKI, Vilmar. **Apostila de Metodologia do trabalho científico**. Indaial, Santa Catarina, 2009.

VARGAS, Getúlio; CAMPOS, Francisco. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**: Publicação Original. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; COELHO, Sintia Said. **A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina**. 2009. 13 f. Monografia (Especialização) - Florianópolis, 2009.

WIKIPÉDIA. **Getúlio Vargas**. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Getúlio_Vargas>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Artigo recebido em 15/06/16. Aceito em 18/08/16.